

Coleção *Para conhecer*

Calibã e a bruxa

Introdução do livro de
Silvia Federici



esta tradução está disponível em
we.riseup.net/subta/calibaneabruxaintro

Desde Marx, estudar a gênese do capitalismo tem sido um passo obrigatório para aqueles ativistas e acadêmicos convencidos de que a primeira tarefa na agenda da humanidade é a construção de uma alternativa à sociedade capitalista. Não surpreende que cada novo movimento revolucionário tenha regressado à “transição para o capitalismo”, contribuindo com as perspectivas de novos sujeitos sociais e descobrindo novos terrenos de exploração e resistência.¹ Mesmo que este livro tenha sido concebido

1 O estudo sobre a transição ao capitalismo tem uma longa história, que não por casualidade coincide com a dos principais movimentos políticos deste século. Historiadores marxistas como Maurice Dobb, Rodney Hilton e Christopher

dentro dessa tradição, existem duas considerações em particular que também o motivaram.

Em primeiro lugar, um desejo de repensar o desenvolvimento do capitalismo desde um ponto de vista feminista, evitando as limitações de uma “historia das mulheres” separada do setor masculino da classe

Hill (1953) revisitaram a “transição” nos anos quarenta e cinquenta, depois dos debates gerados pela consolidação da União Soviética, a emergência dos Estados socialistas na Europa e na Ásia e o que nesse momento aparecia como a iminente crise capitalista. A “transição” foi, novamente, revisitada em 1960 pelos teóricos terceiromundistas (Samir Amin, André Gunder Frank), no contexto dos debates do momento sobre o neocolonialismo, o “subdesenvolvimento” e o “intercâmbio desigual” entre o “Primeiro” e o “Terceiro” mundo.

trabalhadora. O título *Calibã e a bruxa*, inspirado na peça *A Tempestade* de Shakespeare, reflete este esforço. Na minha interpretação, no entanto, Calibã não apenas representa o rebelde anticolonial cuja luta ressona na literatura caribenha contemporânea, mas também constitui um símbolo para o proletariado mundial e, mais especificamente, para o corpo proletário como terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo. Mais importante ainda, a figura da bruxa, que em *A Tempestade* se encontra confinada a um segundo plano, se situa neste livro no centro da cena, tanto como encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo não destruiu: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que quer viver sozinha, a mulher obeah² que

2 Obeah é uma forma de religião ou culto de ancestrais africanos que tem raízes em comum como o candomblé do Brasil, com a santeria de Cuba e com o vudu do Haiti.

envenenava a comida do amo e inspirava os escravos a se rebelarem.

A segunda motivação deste livro foi, com a nova expansão das relações capitalistas, o retorno em nível mundial de um conjunto de fenômenos que usualmente vinham associados com a gênese do capitalismo. Entre eles encontra-se uma nova série de “restrições” que expropriaram milhões de produtores agrários de sua terra, além do empobrecimento massivo e criminalização dos trabalhadores, por meio de políticas de encarceramento que nos faz lembrar do “Grande Confinamento” descrito por Michel Foucault no seu estudo sobre a história da loucura. Fomos também testemunhas do desenvolvimento mundial de novos

(wikipedia.org)

movimentos de diáspora acompanhados pela perseguição dos trabalhadores migrantes. Algo que nos remete, novamente, às “Leis Sangrentas” introduzidas na Europa dos séculos XVI e XVII com o objetivo de colocar os “vagabundos” à disposição da exploração local. Ainda mais importante para este livro foi a intensificação da violência contra as mulheres, e incluso em alguns países (como, por exemplo, África do Sul e Brasil) o retorno da caça às bruxas.

Por que, depois de 500 anos de domínio do capital, no início do terceiro milênio ainda existem trabalhadores que são massivamente definidos como pobres, bruxas e bandoleiros? De que maneira se relacionam a expropriação e o empobrecimento com o permanente ataque contra las mulheres? O que podemos aprender sobre o desdobramento

capitalista, passado e presente, quando é examinado desde uma perspectiva feminista?

Com estas perguntas em mente, voltei a analisar a “transição” do feudalismo ao capitalismo desde o ponto de vista das mulheres, do corpo e da acumulação primitiva. Cada um destes conceitos faz referência a um marco conceitual que serve de ponto de referência para este trabalho: o feminista, o marxista e o foucaultiano. Por isso, começarei esta introdução com algumas observações sobre la relação entre minha própria perspectiva de análise e cada um destes marcos de referências.

A “acumulação primitiva” é um termo usado por Marx no Tomo I de O Capital com o fim de caracterizar o processo

político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas. Trata-se de um termo útil na medida em que nos fornece um denominador comum que permite conceitualizar as mudanças, produzidas pela chegada do capitalismo nas relações econômicas e sociais. Sua importância está, especialmente, no fato de que Marx trata a “acumulação primitiva” como um processo fundacional, que revela as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista. Isto nos permite ler o passado como algo que sobrevive no presente, uma consideração essencial para o uso do termo neste trabalho.

No entanto, minha análise se separa da de Marx por duas vias distintas. Se Marx examina a acumulação primitiva desde o ponto de vista do proletariado assalariado de sexo

masculino e o desenvolvimento da produção de mercadorias, eu examino-a desde o ponto de vista das mudanças que introduz na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho.³ Assim, minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremadamente importantes para a acumulação capitalista. Entre eles: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho que submete o trabalho feminino e a função reprodutiva das mulheres à reprodução da força de trabalho; ii) a construção

3 Estas duas realidades estão estreitamente conectadas nesta análise, já que no capitalismo a reprodução geracional dos trabalhadores e a regeneração cotidiana de sua capacidade de trabalho se converteram em um “trabalho de mulheres”, se bem que mistificado, por sua condição não-assalariada, como serviço pessoal e incluso como recurso natural.

de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. E o que é mais importante, situei no centro desta análise da acumulação primitiva as caçadas de bruxas dos séculos XVI e XVII; sustento aqui que a perseguição de bruxas, tanto na Europa como no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo como a colonização e como a expropriação do campesinato europeu de suas terras.

Esta análise se diferencia também da de Marx em sua avaliação do legado e da função da acumulação primitiva. Se Marx era agudamente consciente do caráter criminal do

desenvolvimento capitalista — sua história, declarou, “está escrita nos anais da humanidade com letras de fogo e sangue” — não há dúvidas de que considerava-o como um passo necessário no processo de liberação humana. Acreditava que acabava com a propriedade de pequena escala e incrementava (até um grau não alcançado por nenhum outro sistema econômico) a capacidade produtiva do trabalho, criando as condições materiais para libertar a humanidade da escassez e da necessidade. Também supunha que a violência que havia presidido as primeiras fases de a expansão capitalista retrocederia com o amadurecimento das relações capitalistas; a partir desse momento, a exploração e o disciplinamento do trabalho seriam conseguidos fundamentalmente através do funcionamento das leis econômicas (Marx, [1867] 1909, T. I). Nisto ele estava

profundamente equivocado. Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, veio acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que demonstra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época.

Devo agregar que Marx nunca poderia haver suposto que o capitalismo prepararia o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história desde o ponto de vista das mulheres. Esta história mostra que, mesmo quando os homens alcançaram um certo grau formal de liberdade, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de um modo similar a formas de

escravidão. “Mulheres”, então, no contexto deste livro, significa não apenas uma história oculta que necessita tornar-se visível, mas uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial através da qual reconsiderar a história das relações capitalistas.

Este projeto não é novo. Desde o começo do Movimento Feminista, as mulheres voltaram-se várias vezes para a “transição para o capitalismo”, mesmo quando nem sempre reconheceram-no. Durante certo tempo, o marco principal que configurava a história das mulheres foi de carácter cronológico. A designação mais comum que as historiadoras feministas utilizaram para descrever o período de transição foi o da “recente modernidade europeia”, que, dependendo da autora, podia designar o século XIII ou o XVII.

Nos anos 1980, no entanto, apareceram uma série de trabalhos que assumiram uma perspectiva mais crítica. Entre eles estavam os ensaios de Joan Kelly sobre o Renascimento e as *Querelles des femmes*. *The Death of Nature* [*Querelles des femmes*. A morte da natureza] (1981) de Carolyn Merchant, *L'Arcano della Riproduzione* (1981) [O arcano da reprodução] de Leopoldina Fortunati, *Working Women in Renaissance Germany* (1986) [Mulheres trabalhadoras no Renascimento alemão] e *Patriarchy and Accumulation on a World Scale* (1986) [Patriarcado e acumulação em escala global] de Maria Mies. A estes trabalhos devemos agregar uma grande quantidade de monografias que ao longo das últimas duas décadas reconstruíram a presença das mulheres nas economias rural e urbana da Europa medieval e moderna,

assim como a vasta literatura e o trabalho de documentação que realizou sobre a caça às bruxas e as vidas das mulheres na América pré-colonial e das ilhas do Caribe. Entre estas últimas, quero lembrar especialmente *The Moon, The Sun, and the Witches* (1987) [A lua, o sol e as bruxas] de Irene Silverblatt, o primeiro relatório sobre a caça às bruxas no Peru colonial e *Natural Rebels. A Social History of Barbados* (1995) [Rebeldes naturais. Uma história social de Barbados] de Hilary Beckles que, junto com *Slave Women in Caribbean Society: 1650-1838* (1990) [Mulheres escravas na sociedade caribenha (1650-1838)] de Barbara Bush, encontram-se entre os textos mais importantes que foram escritos sobre a história das mulheres escravizadas nas plantações do Caribe.

Esta produção acadêmica confirmou que a reconstrução da história das mulheres ou o olhar da história desde um ponto de vista feminino implica uma redefinição das categorias históricas aceitas, que visibilize as estruturas ocultas de dominação e exploração. Deste modo, o ensaio de Kelly, “Did Women have a Renaissance?” (1984) [As mulheres tiveram um Renascimento?], enfraqueceu a periodização histórica clássica que celebra o Renascimento como um exemplo excepcional de façanha cultural. *Querelles des femmes. The Death of Nature* de Carolyn Merchant questionou a crença no caráter socialmente progressista da revolução científica, ao defender que o advento do racionalismo científico produziu um deslocamento cultural desde um paradigma orgânico para um

mecânico que legitimou a exploração das mulheres e da natureza.

Foi de especial importância *Patriarchy and Accumulation on a World Scale* de Maria Mies, um trabalho já clássico que reexamina a acumulação capitalista desde um ponto de vista não-eurocêntrico, e que ao conectar o destino das mulheres na Europa ao dos súditos coloniais do dito continente brinda uma nova compreensão do lugar das mulheres no capitalismo e no processo de globalização.

Calibã e a bruxa se embasa nestes trabalhos e nos estudos contidos em *Il Grande Calibano* (analisado no Prefácio). No entanto, seu alcance histórico é mais amplo, pois o livro conecta o desenvolvimento do capitalismo com a

crise de reprodução e as lutas sociais do período feudal tardio, por um lado, e com o que Marx define como a “formação do proletariado”, por outro. Neste processo, o livro aborda uma série de perguntas históricas e metodológicas que estiveram no centro do debate sobre a história das mulheres e da teoria feminista.

A pergunta histórica mais importante que este livro aborda é a de como explicar a execução de centenas de milhares de “bruxas” no começo da era moderna e por que o capitalismo surge enquanto está em andamento esta guerra contra as mulheres. As acadêmicas feministas desenvolveram um esquema que lança bastante luz sobre a questão. Existe um acordo generalizado sobre o fato de que a caça às bruxas tratou de destruir o controle que as mulheres haviam

exercido sobre sua função reprodutiva e que serviu para preparar o caminho ao desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressivo. Defende-se também que a caça às bruxas estava enraizada nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo. No entanto, as circunstâncias históricas específicas sob as quais a perseguição de bruxas se desenvolveu e as razões pelas quais o surgimento do capitalismo exigiu um ataque genocida contra as mulheres ainda não foram investigadas. Esta é a tarefa que empreendo em *Calibã e a bruxa*, começando pela análise da caça às bruxas no contexto da crise demográfica e econômica dos séculos XVI e XVII e as políticas de terra e trabalho da era mercantilista. Meu trabalho constitui aqui apenas um esboço da investigação que seria necessária a fim de aclarar as conexões mencionadas e, especialmente, a

relação entre a caça às bruxas e o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que confina as mulheres ao trabalho reprodutivo. Entretanto, é conveniente demonstrar que a perseguição das bruxas (da mesma forma que os escravos e as restrições à terra) constituiu um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto na Europa como no “Novo Mundo”.

Existem outros modos pelos quais *Calibã e a bruxa* dialoga com a “história das mulheres” e a teoria feminista. Em primeiro lugar, confirma que “a transição para o capitalismo” é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e das relações homem-mulher neste período,

que foi realizada com a máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas sobre o carácter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista. A análise que aqui se propõe nos permite transcender também a dicotomia entre “gênero” e “classe”. Se é certo que na sociedade capitalista a identidade sexual se converteu no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser considerado uma realidade puramente cultural, mas que deveria ser tratado como uma especificação das relações de classe. Desde este ponto de vista, os debates que tiveram lugar entre as feministas pós-modernas sobre a necessidade de se desfazer das “mulheres” como categoria de análise e definir o feminismo em termos puramente agonísticos, estiveram mal orientados. Para dizer de outra maneira: se, na sociedade capitalista, a “feminilidade” foi constituída como uma

função-trabalho que esconde a produção da força de trabalho sob a cobertura de um destino biológico, a “história das mulheres” é a “história das classes” e a pergunta que devemos nos fazer é se transcendeu-se a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular. No caso de que a resposta seja negativa (tal e como ocorre quando consideramos a organização atual do trabalho reprodutivo), então “mulheres” é uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à “reprodução” seguem sendo um terreno de luta fundamental para as mulheres — como eram para o movimento feminista dos anos 1970 — e um nexo de união com a história das bruxas.

Outra pergunta que *Calibã e a bruxa* analisa é a que apresentam as perspectivas opostas que oferecem as análises

feministas e foucaultianos sobre o corpo, tal e como são usados na interpretação da história do desenvolvimento capitalista. Desde o começo do Movimento de Mulheres, as ativistas e teóricas feministas viram o conceito de “corpo” como uma chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina. Mais além das diferenças ideológicas, chegaram à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. Deste modo, as análises da sexualidade, da procriação e da maternidade se colocaram no centro da teoria feminista e da história das mulheres. Em particular, as feministas trouxeram à luz e denunciaram as

estratégias e a violência por meio das quais os sistemas de exploração, centrados nos homens, tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino, colocando à vista que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos — lugares privilegiados — para o desdobramento das técnicas de poder e das relações de poder. Efetivamente, a enorme quantidade de estudos feministas que foram produzidos desde o início dos anos 1970 sobre o controle exercido sobre a função reprodutiva das mulheres, os efeitos das violações e o maltrato e a imposição da beleza como uma condição de aceitação social, constituem uma enorme contribuição para o discurso sobre o corpo em nosso tempo, e mostram a percepção errônea, tão frequente entre os acadêmicos, que atribui seu descobrimento a Michel Foucault.

Partindo de uma análise da “política do corpo”, as feministas não apenas revolucionaram o discurso filosófico e político contemporâneo, mas também começaram a revalorizar o corpo. Este foi um passo necessário tanto para confrontar a negatividade que acarreta a identificação de feminilidade com corporalidade, como para criar uma visão mais holística do que significa ser um ser humano.⁴ Esta

4 Não surpreende que a valorização do corpo tenha estado presente em quase toda a literatura da “segunda onda” do feminismo do século XX, tal e como foi caracterizada a literatura produzida pela revolta anticolonial e pelos descendentes dos escravos africanos. Neste terreno, cruzando grandes fronteiras geográficas e culturais, *A Room of One's Own* [Um teto todo seu] (1929), de Virginia Woolf, antecipou *Cahier d'un retour au pays natal* [Cadernos do retorno a um país natal] (1938) de Aimé Césaire, quando repreende sua audiência feminina e, no fundo, o mundo feminino, por não ter conseguido produzir outra coisa que

valorização tomou vários perfis, desde a busca de formas de saber não dualistas até a tentativa (com feministas que vem a “diferença” sexual como um valor positivo) de desenvolver

não seja crianças.

Minhas jovens, diria que [...] vocês nunca fizeram uma descoberta de certa importância. Nunca fizeram tremer um império ou conduziram um exército para a batalha. As obras de Shakesperare não são suas [...] Que desculpa vocês têm? Vocês poderiam dizer, apontando as ruas e praças e as selvas do mundo infestadas de habitantes negros e brancos e de cor café [...] que estivemos fazendo outro trabalho. Sem ele, esses mares não seriam navegados e essas terras férteis seriam um deserto. Geramos e alimentamos e lavamos e instruímos, talvez até os seis ou sete anos de idade, o bilhão e seiscentos e vinte e três milhões de seres humanos que, segundo as estatísticas, existem atualmente, e isso, mesmo admitindo que algumas de nós tenhamos tido ajuda, leva tempo

um novo tipo de linguagem e de “[repensar] as raízes corporais da inteligência humana”.⁵ Como demonstrou Rosi Braidotti, o corpo que se reclama não pode ser entendido

(Woolf, 1929: 112).

Esta capacidade de subverter a imagem degradada da feminilidade, que foi construída através da identificação das mulheres com a natureza, a matéria, o corporal, é a potência do “discurso feminista sobre o corpo” que trata de desenterrar o que o controle masculino de nossa realidade corporal sufocou. No entanto, é uma ilusão conceber a libertação feminina como um “retorno ao corpo”. Se o corpo feminino — como discuto neste trabalho — é um significante para o campo de atividades reprodutivas que foi apropriado pelos homens e o Estado e convertido num instrumento de produção de força de trabalho (com tudo o que isto supõe em termos de regras e regulações sexuais, cânones estéticos e castigos), então o corpo é o lugar de uma alienação fundamental que pode ser superada somente com

nunca como algo biologicamente dado. No entanto, frases de efeito como “recuperar a posse do corpo” ou “fazer o corpo

o fim da disciplina-trabalho que o define.

Esta tese se verifica também para os homens. A descrição de um trabalhador que se sente a vontade apenas em suas funções corporais feita por Marx já intuía este fato. Marx, entretanto, nunca expôs a magnitude do ataque ao que o corpo masculino estava submetido com o advento do capitalismo. Ironicamente, da mesma forma que Michel Foucault, Marx enfatizou também a produtividade do trabalho que os trabalhadores estão subordinados — uma produtividade que para ele é a condição para o futuro domínio da sociedade pelos trabalhadores. Marx no observou que o desenvolvimento das potências industriais dos trabalhadores ocorreu ao custo do subdesenvolvimento de seus poderes como indivíduos sociais, mesmo que reconhecesse que os trabalhadores na sociedade capitalista

falar”⁶ foram criticadas por teóricos pós-estruturalistas e foucaultianos que rejeitam como ilusório qualquer chamado à libertação dos instintos. Por sua vez, as feministas acusaram

estão tão alienados de seu trabalho, de suas relações com os outros e dos produtos de seu trabalho como para estarem dominados por eles como se fossem uma força alheia.

- 5 Braidotti (1991: 219). Para uma discussão do pensamento feminista sobre o corpo, veja *EcoFeminism as Politics* [Ecofeminismo como política] (1997), de Ariel Salleh, especialmente os capítulos 3, 4 y 5; e *Patterns of Dissonance* [Padrões de dissonância] (1991), de Rosi Braidotti, especialmente a seção intitulada “Repossessing the Body: A Timely Project” (219-24).
- 6 Estou me referindo aqui ao *proyecto de écriture feminine*, uma teoria e movimento literários que se desenvolveram na França na década de 1970 entre as feministas estudiosas da psicanálise lacaniana que tratavam de criar uma linguagem que expressasse a especificidade do corpo feminino e a subjetividade feminina (Braidotti, *ibid*).

o discurso de Foucault sobre a sexualidade de omitir a diferenciação sexual, ao mesmo tempo que se apropriava de muitos saberes desenvolvidos pelo Movimento Feminista. Esta crítica é bastante acertada. Mais além, Foucault está tão intrigado pelo carácter “produtivo” das técnicas de poder que o corpo foi investido que sua análise deixa praticamente fora qualquer crítica sobre as relações de poder. O carácter quase defensivo da teoria de Foucault sobre o corpo se vê acentuado pelo fato de que considera o corpo como algo constituído puramente por práticas discursivas e de que está mais interessado em descrever como se mostra o poder que em identificar sua fonte. Assim, o Poder que produz o corpo aparece como uma entidade autossuficiente, metafísica, situada, desconectada das relações sociais e econômicas, e

tão misteriosa nas suas variações como uma Força Motriz divina.

Será que uma análise da transição para o capitalismo e da acumulação primitiva pode nos ajudar a ir mais além destas alternativas? Acredito que sim. Com respeito ao enfoque feminista, nosso primeiro passo deve ser documentar as condições sociais e históricas sob as quais o corpo tornou-se elemento central e esfera de atividade definitiva para a constituição da feminilidade. Nesta linha, *Calibã e a bruxa* mostra que, na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os trabalhadores assalariados homens: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um

meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Neste sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos — maternidade, parto, sexualidade —, tanto dentro da teoria feminista como na história das mulheres. *Calibã e a bruxa* corrobora também o saber feminista que se nega a identificar o corpo com a esfera do privado e, nessa linha, fala de uma “política do corpo”. Mais ainda, explica como para as mulheres o corpo pode ser tanto uma fonte de identidade como uma prisão e por que possui tanta importância para as feministas e, por sua vez, acaba sendo tão problemática sua valoração.

Com respeito à teoria de Foucault, a história da acumulação primitiva oferece muitos contraexemplos, demonstrando que ela só consegue se defender ao preço de

realizar omissões históricas extraordinárias. A mais óbvia é a omissão da caça às bruxas e o discurso sobre a demonologia na sua análise sobre o disciplinamento do corpo. Se tivessem sido incluídas, sem dúvidas teriam inspirado outras conclusões. Posto que ambas demonstram o carácter repressivo do poder aplicado contra as mulheres, e a falta de verossimilhança entre a cumplicidade e a inversão de papéis que Foucault, em sua descrição da dinâmica dos micropoderes, imagina que existem entre as vítimas e seus perseguidores.

O estudo da caça às bruxas também desafia a teoria de Foucault relativa ao desenvolvimento do “biopoder”, destituindo-a do mistério com o que cobre a emergência deste regime. Foucault registra a mutação — supomos que na

Europa do século XVIII — desde um tipo de poder construído sobre o direito de matar, até um poder diferente que se exerce através da administração e promoção das forças vitais, como o crescimento da população. Mas não oferece pistas sobre suas motivações. Entretanto, se situamos esta mutação no contexto do surgimento do capitalismo, o enigma se desvanece: a promoção das forças da vida não resulta ser mais que o resultado de uma nova preocupação pela acumulação e reprodução da força de trabalho. Também podemos observar que a promoção do crescimento populacional por parte do Estado pode ir caminhar ao lado de uma destruição massiva da vida; pois em muitas circunstâncias históricas — como, por exemplo, a história do tráfico de escravos — uma é condição da outra. Efetivamente, num sistema onde a vida está subordinada à

produção de lucro, só se consegue a acumulação de força de trabalho com o máximo de violência para que, em palavras de Maria Mies, a violência mesma se transforme na força mais produtiva.

Para concluir, o que Foucault teria aprendido se na sua História da sexualidade (1978) tivesse estudado a caça às bruxas no lugar de concentrar-se na confissão pastoral, é que essa história não pode ser escrita desde o ponto de vista de um sujeito universal, abstrato, assexual. Mais ainda, teria reconhecido que a tortura e a morte podem ser colocadas ao serviço da “vida”, ou melhor, ao serviço da produção da força de trabalho, dado que o objetivo da sociedade

capitalista é transformar a vida em capacidade para trabalhar e em “trabalho morto”.⁷

Desde este ponto de vista, a acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista. Não é casualidade que seu exemplo histórico originário tenha sedimentado estratégias que frente a cada grande crise capitalista tenham sido relançadas, de diferentes maneiras, com o fim de baratear o custe do trabalho e escondera exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais.

7 O “trabalho morto” é o trabalho já realizado que fica objetivado nos meios de produção. Segundo Marx, o “trabalho morto” depende da capacidade humana presente (“trabalho vivo”), mas o capital é “trabalho morto” que subordina e explora essa capacidade (Marx, 2006, T. I). [N. do E.]

Foi isso o que aconteceu no século XIX, quando as respostas ao surgimento do socialismo, a Comuna de Paris e a crise de acumulação de 1873 foram a “Luta pela África” e a invenção da família nuclear na Europa, centrada na dependência econômica das mulheres aos homens — seguida da expulsão das mulheres dos postos de trabalho remunerados. Isto é também o que ocorre na atualidade, quando uma nova expansão do mercado de trabalho está tentando fazer-nos voltar no tempo em relação à luta anticolonial e às lutas de outros sujeitos rebeldes — estudantes, feministas, operários industriais — que nos anos 1960 e 1970 debilitaram a divisão sexual e internacional do trabalho.

Não surpreende, então, que a violência em grande escala e a escravidão tenham estado na ordem do dia, do mesmo modo em que estavam no período de “transição”, com a diferença de que hoje os conquistadores são os oficiais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que todavia predicam sobre o valor de um centavo às mesmas populações das quais as potências mundiais dominantes roubaram e empobreceram durante séculos. Uma vez mais, muito da violência empregada está dirigida contra as mulheres, porque, na era do computador, a conquista do corpo feminino segue sendo uma condição prévia para a acumulação de trabalho e riqueza, tal e como é demonstrado pelo investimento institucional no desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas que, mais que nunca, reduzem as mulheres a meros ventres.

Também a “feminilização da pobreza”, que tem acompanhado a difusão da globalização, adquire um novo significado quando recordamos que este foi o primeiro efeito do desenvolvimento do capitalismo sobre as vidas das mulheres.

Efetivamente, a lição política que podemos aprender de *Calibã e a bruxa* é que o capitalismo, enquanto sistema social e econômico, está necessariamente vinculado com o racismo e o sexismo. O capitalismo deve justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais — a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade da penúria generalizada — denegrindo a “natureza”

daqueles que explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização.

No coração do capitalismo, não apenas encontramos uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado-contratual e a escravidão, mas também, e em relação com ela, podemos detectar a dialéctica que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pela qual as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho, suas vidas.

Resulta, portanto, impossível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema a sua capacidade de satisfazer necessidades

humanas. Se o capitalismo foi capaz de se reproduzir, isso apenas se deve ao entramado de desigualdades que se construiu no corpo do proletariado mundial e a sua capacidade de globalizar a exploração. Este processo segue acontecendo diante de nossos olhos, tal e como o fez ao longo dos últimos 500 anos.

A diferença está em que hoje em dia a resistência ao capitalismo também alcançou uma dimensão global.